

**P**arlamentarismo, não. A negativa, no caso, é fruto de reflexão consciente a respeito dos dois sistemas de governo colocados em discussão, em virtude dos trabalhos constituintes. Duas são as opções lançadas, a saber: parlamentarismo ou presidencialismo.

Os defensores do parlamentarismo se colocam como propugnadores de uma idéia nova. Afirmam que a sua adoção evitará crises de governabilidade. No entanto, o parlamentarismo, se adotado pela futura Constituição, se converterá em fonte contínua de ingovernabilidade, pois fere as tradições republicanas e agride a antropologia política.

Desde a colônia, o Brasil contou com um governo central ativo e capaz de manter a unidade entre os múltiplos segmentos que formam o seu contexto territorial. Certamente, a unidade nacional, hoje existente, não é fruto de mero milagre. Trata-se da consequência natural e oportuna da ação do núcleo da administração.

Há mais, porém. O Império, apesar de contar com uma espécie de parlamentarismo, assistiu a presença do Poder Moderador que, com sua faculdade de

vetar, concedia ao monarca a possibilidade de oferecer a palavra decisiva e final. A República, apesar da presença de Rui Barbosa, entre os autores do primeiro documento constitucional republicano, optou pelo presidencialismo, mantendo, desta maneira, figura central e unificadora, permitindo, por isto, a manutenção da integridade do imenso Estado nacional brasileiro.

Hoje alguns pensam em alterar tudo. Romper tradições e experiências acumuladas. Nada vale. O importante é copiar. Se é assim, porque não transplantar a forma de governos de legislativos para as práticas políticas locais?

Tem que dar certo. Não vai dar, porém.

O parlamentarismo, confundindo Legislativo e Executivo, em uma só atividade, erodirá a imagem dos deputados e senadores. Os parlamentares, no presente, em atividade legítima e lícita, conduzem pleitos de suas comunidades até o Executivo. Este, por seu turno, examina as pretensões e, caso passíveis de atendimento, em face aos recursos existentes e ocorrência de suporte legal, as atende. O Executivo, por-

tanto, na hipótese, exerce atividade fiscalizadora, evitando equívocos gerados, muitas vezes, por solicitações emotivas ou facciosas. No parlamentarismo, este sistema de freios e contra-freios é inconcebível. O canal da solicitação, ou seja, o parlamentar, se transformará em agente da concessão. Só personalidades dotadas de uma ética invulgar deixarão de sucumbir à vontade de, sem exame, deferir inoportunas pretensões.

Não é só, porém. O parlamentarismo, sem a existência de uma burocracia estável e qualificada, conduzirá a administração ao completo caos. Todos os Estados, que adotaram o sistema parlamentarista, possuem quadros burocráticos estáveis e aprimorados. Aqui, com o crescimento desmesurado das empresas estatais, a burocracia perdeu a capacidade de renovar e tornou-se, quase sempre, desmotivada. É lamentável a situação dos quadros burocráticos da administração direta, em todos os níveis. A decadência técnica sofrida, nestes últimos anos, em virtude do crescimento das estatais, é, a curto prazo, irreversível.

Ora, sem burocracia de bom nível

e contando apenas com partidos políticos embrionários, ou então em franca degenerescência, a implantação do parlamentarismo se configurará em mais um equívoco, entre tantos, da história política brasileira. Este sistema de governo se suporta em determinadas premissas que, caso inexistentes, darão condições à fragilização ainda maior das instituições e pessoalidades.

O presidencialismo, apesar de todos os seus equívocos e fraquezas, possui tradição e, ainda mais, os parlamentos exercem, com liberdade, fiscalização sobre as atividades do Executivo, sem que os membros de um dos poderes seja atingido pelos erros de outro poder.

Manter o já testado é atitude responsável. Ir em busca do ignoto, sabendo antecipadamente as consequências, é no mínimo obra visionária. Aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização do Executivo é indispensável, confundir parlamento com administração é diabólico. Querem botar fogo no circo, caso o circo ainda exista.

CLAUDIO LEMBO, 53, advogado, é secretário dos Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo e membro do PFL-SP.

## Parabéns às esquerdas

JORGE BOAVENTURA

**H**á seis anos, escrevíamos e publicávamos em livro o que se segue: "Observe o leitor como, na realidade política do momento em que estamos escrevendo, a reivindicação básica das esquerdas entre nós, por exemplo, consiste na convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Convocada que seja ela, o formidável dispositivo publicitário cujos veículos são, em considerável parcela, de quem muitos supõem "de centro", mas que por motivos diversos, a serem examinados mais tarde, seriam designados mais propriamente como de "esquerda passiva", incumbir-se-á de pressionar a referida Assembleia, no sentido de elaboração de um texto, o mais possível — e a experiência revolucionária de inspiração marxista tem recomendado aos seus seguidores o realismo e a prudência — aproximado dos seus objetivos, traçados tendo em vista o estágio do "processo revolucionário" que não se cansam de promover e alimentar. A idéia de que a revolução com que sonham as esquerdas marxistas tem que ser realizada com base no emprego da força, é um erro."

É igualmente verdade que entre os que se autodenominam socialistas, não viceja o engano crasso consistente em conceber um modelo estático, a ser cognominado "normalidade socialista", a exemplo do que tantos, com tanta boa fé ou tão grande irresponsabilidade, se comprazem em denominar "normalidade democrática", centrada em algo que está longe de ser alguma coisa de conteúdo ou dimensão ideológica, eis que não passa de fato, de um processo, ou de um método de aferição de opiniões, cujos resultados devem ser obedecidos cegamente, como se maiorias eventuais tivessem, intrínseca, a virtude de exprimirem a verdade. Semelhante superstição, mantida por profissionais da política e por interesses que se colocam por detrás deles, contém

o equívoco que quase ninguém põe em realce, resultante da volubilidade da chamada, por Rousseau, "vontade geral", volubilidade consequente à possibilidade de influir sobre ela, cada vez maior e mais evidente, à medida em que se ampliam o alcance e a eficácia das técnicas de propaganda, a cujo serviço funcionam veículos que são manipulados, não pela maioria, mas por pequenos e poderosos grupos e interesses. As eleições realizadas sob o fascínio do embuste monumental em que se constituiu o chamado Plano Cruzado, são a prova do afirmado, tendo sido naquela oportunidade, clamorosamente manipulada a já citada "vontade geral", com as consequências que, hoje, estão patentes aos olhos de todos. Não, os "socialistas" não incorrem em erros tão grosseiros. Para confirmá-lo, seja-nos permitido lançar mão de outra citação, desta vez extraída do manual para uso acadêmico na União Soviética, intitulado "Les Principes du Marxisme-Léninisme". Vejamos o que consta, textualmente, do referido manual editado pelo Instituto de Línguas Estrangeiras de Moscou: "As formas da ditadura do proletariado são função das relações das forças de classe no bojo da revolução e da violência do seu confronto. Se as classes dominantes opõem uma resistência tenaz e se a revolução toma um caráter violento, a classe operária vê-se obrigada a destruir completamente a velha máquina do Estado, sobre a qual a burguesia tem apoio. Ao contrário, se ela criou, ao longo da revolução, uma superioridade de forças sobre a reação, bastante importante para permitir a passagem pacífica do poder para as mãos do proletariado, existe a possibilidade de utilizar certos velhos órgãos do poder — o Parlamento por exemplo — transformando-os no interesse da edificação socialista."

Ora, a qual revolução se refere o texto acima? Aquela inspirada na

estratégia de Antonio Gramsci, hoje adotada pelo chamado "partidão", segundo a qual deve ser ela concebida como uma guerra de posições, lenta e paciente, durante a qual, todos os que temos chamado de "centros de irradiação de prestígio cultural" — e entre eles, obviamente, os veículos de comunicação de massa — devem ser infiltrados e utilizados, de maneira a influenciar a opinião pública, no sentido da adoção por ela de uma visão crítica cada vez mais divorciada e distanciada daquela dominante na fortaleza central do "establishment", o Estado, cujos quadros, por aquela via afastados da opinião pública, já não terão condições de manter em suas mãos o poder. Por saber de tudo isso é que, desde há muitos anos, vieiros dizendo e repetindo: convocada que seja uma Assembleia Constituinte, dela fará parte uma fração minoritária, mas extremamente consciente dos seus próprios interesses, composta de marxistas, a qual, com pertinácia, manobrará, não no sentido da mudança total do regime, de um só golpe, por intermédio do texto constitucional a ser elaborado. Ao contrário, será selecionado um elenco de pontos capazes de, uma vez aprovados, tornar inviável a reversão do processo revolucionário estantizado ou, se preferirem, socializante, em torno de cujos pontos será centrado o esforço revolucionário. Ora, toda a gente viu como, diante da distração e da inconsciência da maioria foi armada a manobra da Comissão de Sistematização, que excluindo a mesma maioria das deliberações, produziu um anteprojeto de texto constitucional afeiçoado, inclusive no domínio econômico, aos interesses "socialistas". O grosso do empresariado, que aparentemente, até ali, ressonara a sono solto, envolto, ou anestesiado, pelo mito da irretocabilidade da "normalidade democrática" acordou. E acordado, dinamizou um lobby poderoso o bastante para despertar a já citada maioria, que igualmente

ressonava. O problema, porém, está no fato de que o despertador acionado por aquele lobby, gritar apenas alarmes referentes a medidas concebidas para o campo econômico. Nesse campo, ninguém tem dúvida, já os "socialistas" não alcançaram a plenitude dos seus objetivos. Ocorre, entretanto, que todo planejamento de ações implica na concepção de linhas alternativas de atuação. Assim foi que, parcialmente derrotados no campo econômico, em rápidas e brilhantes manobras, conquistaram pontos absolutamente essenciais ao desdobramento ulterior do seu projeto revolucionário. Realmente — tal o nível de inconsciência da maioria — lograram aprovar a abolição total de qualquer tipo de censura, o "habeas-data", o mandado de segurança coletivo, a proibição de qualquer prisão, fora do flagrante delito, sem ordem judicial, a reunião em praça pública, independentemente de autorização, devendo ser apenas notificada a autoridade competente. Estas brilhantes vitórias, pelas quais parabenizamos o denodo e a competência das esquerdas, ao mesmo tempo em que damos pesames à sociedade brasileira, tornaram-se possível em virtude da idolatria burguesa ao mito da "normalidade democrática", fundada em última instância na "vontade geral", com desprezo a valores absolutos e permanentes, "vontade" como já vimos, volúvel, imprevisível e instável. Realmente, a quem pertencem os veículos através dos quais vem sendo executada a estratégia de Gramsci? Por acaso aos partidos comunistas? E quem os financia, pela vida da publicidade, por acaso os subversivos? São perguntas que propomos aos que, para tantos fins, se revelam eficazmente pragmáticos, mas para outros evidenciam a mais rombuda e completa alienação.

JORGE BOAVENTURA, 66, é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e foi chefe da Divisão de Assuntos Sociais do Colégio Interamericano, no em Washington (EUA).